

Trabalho apresentado no 25º CBCENF

Título: RESPEITO AO NOME SOCIAL DE MULHERES TRANS EM SERVIÇOS DE SAÚDE

Relatoria: Izabel Cristina Brito da Silva
Ednaldo Cavalcante de Araújo
Carmela Lília Espósito de Alencar Feranandes

Autores: Histephane Maria Bezerra de Vasconcelos
Alex Felipe Correia
Betise Mery Alencar Sousa Macau Furtado

Modalidade: Pôster

Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais

Tipo: Estudo de caso

Resumo:

A violência é um problema de saúde pública, e a violência de gênero é perpetrada, principalmente, contra as mulheres. As mulheres trans, por sua identidade de gênero, sofrem violências ao longo da vida em diversos contextos e cenários, até em serviços de saúde. A Portaria Nº 1.820 do Ministério da Saúde, garante às pessoas trans, desde 2009, o direito ao uso do nome social em sua documentação nos sistemas de saúde. Ao desrespeitar essa garantia, há infração aos direitos dos usuários do SUS e uma violência é praticada contra as pessoas trans. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de uma mulher trans, bem como viabilizar reflexões sobre a prática da enfermagem nesse contexto. Estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Tipo: Estudo de Caso. Cenário: Espaço Trans do HC/UFPE. A produção de dados foi em 10/2021, por meio do Google Meet e um formulário semiestruturado. Para a coleta: parecer Nº C4.666.436 e CAAE: 44535321.5.0000.5208. Descritores em saúde: Violência de Gênero; Pessoas Transgênero; Enfermagem. A participante foi uma mulher trans, preta, 30 anos, em união estável, ensino superior incompleto, ex-profissional do sexo, enfermeira, que relatou ter vivenciado violências física, psíquica, sexual, financeira, estrutural e institucional. Nas unidades de saúde o desrespeito dirigido ao seu nome social foi uma infração legal, além de revelar-lhe o desconhecimento dos profissionais sobre a saúde das pessoas trans, o que promoveu constrangimento e adoecimento físico e psíquico. Diante disso, há exclusão social, baixa qualidade de vida, marginalização e aumento das iniquidades em saúde. O enfermeiro é essencial para a promoção, prevenção e reabilitação em saúde dessa população, e é fundamental atualizar-se com o apoio da educação permanente em saúde e da educação continuada. A mulher trans é submetida aos mais diversos preconceitos e violências em locais públicos e privados, inclusive os de cuidados em saúde, por meio de infrações ao tratamento acolhedor e livre de preconceitos e discriminações de qualquer ordem que consta nas legislações. Destaca-se o papel do enfermeiro no atendimento à população transgênero, do nível mais básico ao mais complexo como fator fundamental à melhoria da qualidade de vida da população.